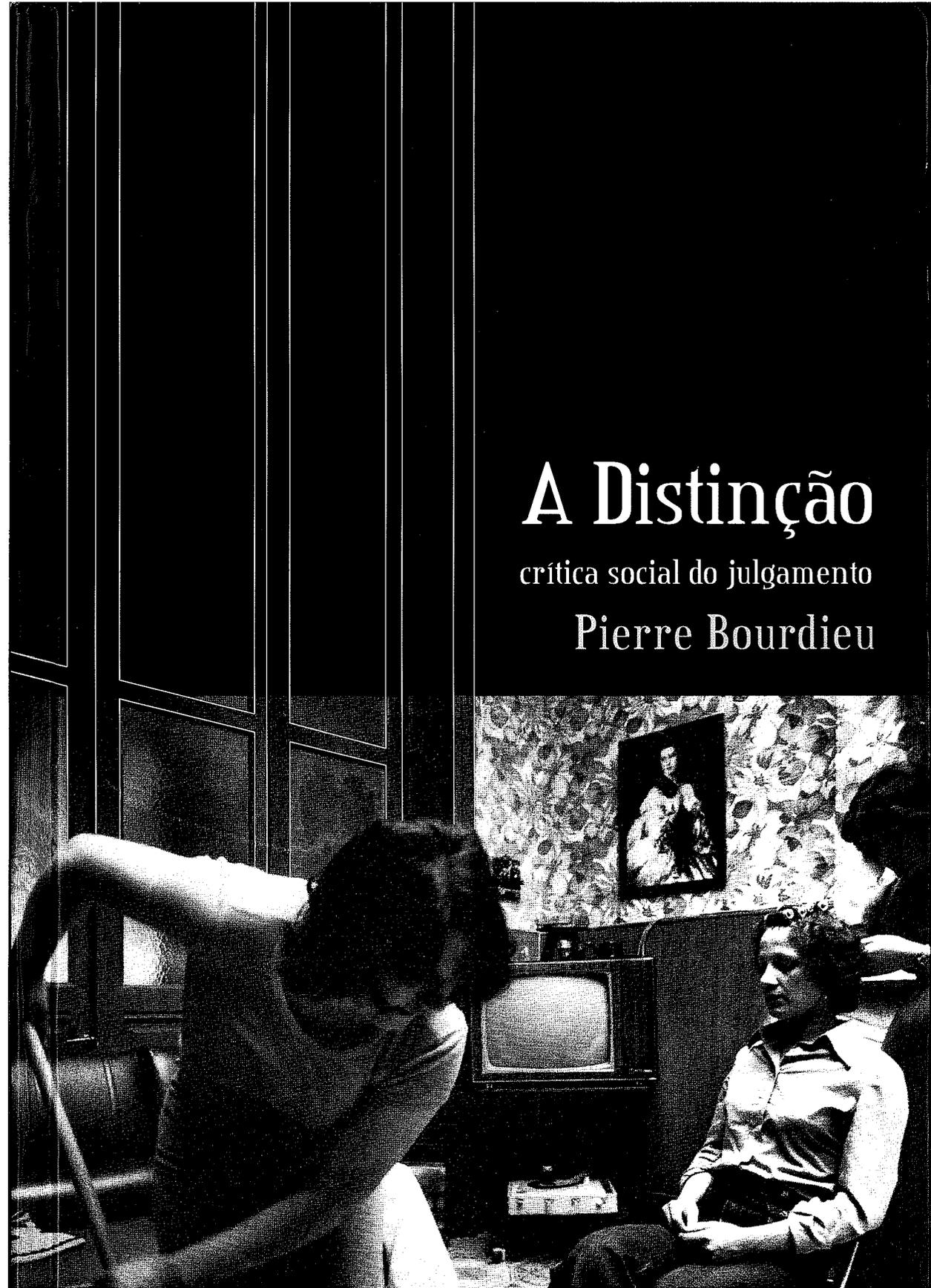


A Distinção

crítica social do julgamento

Pierre Bourdieu



O espaço social e suas transformações

Poderíamos ter interrompido, sem dúvida, a pesquisa neste ponto sem suscitar grandes objeções; de fato, parece evidente demais a idéia da irredutibilidade do gosto artístico. Ora, como já demonstrou a análise das condições sociais relativas à disposição estética, a compreensão completa das disposições que orientam as escolhas entre os bens da cultura legítima só é possível com a condição de reinseri-las na unidade do sistema das disposições, de *fazer com que* a “cultura”, no sentido restrito e normativo do uso comum, *volte a entrar* na “cultura” no sentido amplo da etnologia e de relacionar o gosto elaborado dos objetos mais depurados com o gosto elementar dos sabores alimentares.¹ O duplo sentido do termo “gosto” – que, habitualmente, serve para justificar a ilusão da *geração espontânea* que tende a produzir esta disposição culta, ao apresentar-se sob as aparências da disposição inata – deve servir, desta vez, para lembrar que o gosto, enquanto “faculdade de julgar valores estéticos de maneira imediata e intuitiva” é indissociável do gosto no sentido de capacidade para discernir os sabores próprios dos alimentos que implica a preferência por alguns deles. A abstração que leva a isolar as disposições em relação aos bens de cultura legítima acarreta, de fato, uma outra abstração no nível do sistema dos fatores explicativos que, sempre presente e atuante, revela-se à observação apenas através daqueles seus elementos – no caso analisado, mais abaixo, o capital cultural e a trajetória – que se encontram na origem de sua eficácia no campo considerado.

O consumo dos bens culturais mais legítimos é um caso particular de concorrência pelos bens e práticas raras, cuja particularidade depende, sem dúvida, mais da lógica da oferta – ou, se preferirmos, da forma específica assumida pela concorrência entre os produtores – que da lógica da demanda e dos gostos ou, se quisermos, da lógica da concorrência entre os consumidores. De fato, basta abolir a barreira mágica que transforma a cultura legítima em um universo separado para perceber relações inteligíveis entre “escolhas”, aparentemente, incomensuráveis – tais como as preferências em matéria de música ou cardápio, de esporte ou política, de literatura ou penteado. Esta reintegração bárbara dos consumos estéticos no universo dos consumos habituais (aliás, é contra estes que os primeiros não cessam de se definir) tem, entre outras, a virtude de lembrar que o consumo de bens pressupõe – sem dúvida, sempre e em graus diferentes segundo os bens e os consumidores – um *trabalho de apropriação*; ou, mais exatamente, que o consumidor contribui para *produzir o produto que ele consome* mediante um trabalho de identificação e decifração que, no caso da obra de arte, pode constituir a totalidade do consumo e das satisfações que ele proporciona, exigindo, além do tempo, determinadas disposições adquiridas com o tempo.

Envolvidos em suas abstrações, os economistas podem ignorar o que advém aos produtos na relação com os consumidores, ou seja, com as disposições que definem suas *propriedades úteis* e seus *usos reais*: afirmar, por hipótese, como um deles, que os consumidores percebem os mesmos atributos decisivos, o que equivale a supor que os produtos possuem características objetivas – ou, como se diz, “técnicas” – capazes de se imporem como tais a todos os indivíduos perceptores, é admitir que a percepção estaria associada unicamente às características designadas pelas descrições propostas pelos produtores (e pela publicidade chamada “informativa”) e que os *usos sociais* poderiam deduzir-se dos *modos de utilização*. Os objetos, inclusive, os produtos industriais, não são *objetivos* no sentido atribuído, habitualmente, a esta palavra, ou seja, independentes dos interesses e gostos dos que os apreendem, além de não imporem a evidência de um sentido universal e, unanimemente, aprovado. A tarefa do sociólogo seria, incomparavelmente, muito mais fácil se, diante de cada relação estatística entre uma “variável independente” e uma “variável dependente”, não tivesse de determinar como a percepção e a apreciação, embutidas na “variável dependente”, variam segundo as classes, cuja determinação consta da “variável independente” ou, se preferirmos, qual é o sistema dos traços pertinentes em função do qual foi determinada, realmente, cada uma das classes de agentes.² A ciência deve estabelecer, precisamente, esta objetividade do objeto que se estabelece na relação entre um objeto definido nas possibilidades e impossibilidades que ele oferece e que se revelam apenas no universo dos usos sociais – entre os quais, ao tratar-se de um objeto técnico, o uso previsto ou em conformidade com a concepção do produtor – e as disposições de um agente ou de uma classe de agentes, ou seja, os esquemas de percepção, apreciação e ação que constituirão sua *utilidade* objetiva em um *uso* prático.³ Não se trata de reintroduzir, como é evidente, uma forma qualquer do que é designado como “experiência de vida” e que, freqüentemente, não passa de uma projeção mal dissimulada da “experiência de vida” do pesquisador;⁴ mas, em vez da relação abstrata entre consumidores com gostos intercambiáveis e produtos com propriedades uniformemente percebidas e apreciadas, colocar a relação entre gostos que variam necessariamente segundo as condições econômicas e sociais de sua produção, por um lado, e, por outro, os produtos que, por intermédio desses gostos, recebem suas diferentes identidades sociais. De fato, basta formular a questão, estranhamente ignorada pelos economistas, sobre as *condições econômicas da produção das disposições postuladas pela economia* – ou seja, no caso particular,⁵ a questão dos determinantes econômicos e sociais dos gostos –, para perceber a necessidade de inscrever, na definição completa do produto, as *experiências diferenciais* vividas pelos consumidores em função das disposições tributárias da posição que eles ocupam no espaço econômico. Não há necessidade de sentir profundamente tais experiências para compreendê-las com uma compreensão que, porventura, nada fique devendo à experiência vivida e, menos ainda, à simpatia: relação objetiva entre duas objetividades, o *habitus* permite estabelecer uma relação inteligível e necessária entre determinadas práticas e uma situação, cujo sentido é produzido por ele em função de categorias de percepção e de apreciação; por sua vez, estas são produzidas por uma condição objetivamente observável.

Condição de classe e condicionamentos sociais

Considerando a impossibilidade de justificar as práticas a não ser pela revelação sucessiva da série dos *efeitos* que se encontram na sua origem, a análise faz desaparecer, em primeiro lugar, a estrutura do estilo de vida característico de um agente ou de uma classe de agentes, ou seja, a unidade que se dissimula sob a diversidade e a multiplicidade do conjunto das práticas realizadas em campos dotados de lógicas diferentes, portanto, capazes de impor formas diferentes de realização, segundo a fórmula: [(*habitus*) (capital)] + campo = prática. Ela faz desaparecer, também, a estrutura do espaço simbólico delineado pelo conjunto dessas práticas estruturadas, de todos *esses estilos de vida distintos e distintivos* que se definem sempre *objetivamente* – e, às vezes, subjetivamente – nas e pelas relações mútuas. Trata-se, portanto, de recompor o que foi decomposto, antes de mais nada, a título de verificação, mas também para encontrar, de novo, o que há de verdade na abordagem característica do conhecimento comum, a saber, a intuição da sistematicidade dos estilos de vida e do conjunto constituído por eles. Para isso, convém retornar ao princípio unificador e gerador das práticas, ou seja, ao *habitus de classe*, como forma *incorporada* da condição de classe e dos condicionamentos que ela impõe; portanto, *construir a classe objetiva*, como conjunto de agentes situados em condições homogêneas de existência, impondo condicionamentos homogêneos e produzindo sistemas de disposições homogêneas, próprias a engendrar práticas semelhantes, além de possuírem um conjunto de propriedades comuns, propriedades *objetivadas*, às vezes, garantidas juridicamente – por exemplo, a posse de bens ou poderes – ou *incorporadas*, tais como os *habitus* de classe – e, em particular, os sistemas de esquemas classificatórios.⁶

Variáveis e sistemas de variáveis

Ao designarmos estas classes – classes de agentes ou, o que dá no mesmo deste ponto de vista, classes de condições de existência – por um nome de profissão, limitamo-nos a tornar manifesto que, nas relações de produção, a posição orienta as práticas por intermédio, principalmente, dos mecanismos que presidem o acesso às posições, além de produzirem ou selecionarem determinada classe de *habitus*. Mas, não se trata de retornar a uma variável pré-construída, tal como a “categoria socioprofissional”: de fato, os indivíduos reunidos em uma classe construída a partir de uma relação particular, apesar de ser particularmente determinante, trazem sempre com eles, além das propriedades pertinentes que se encontram na origem de sua classificação, algumas *propriedades secundárias* que, deste modo, são introduzidas clandestinamente no modelo explicativo.⁷ O mesmo é dizer que uma classe ou uma fração de classe é definida não só por sua posição nas relações de produção, tal como ela pode ser identificada através de índices – por exemplo, profissão, renda ou, até mesmo, nível de instrução –, mas também pela proporção entre o número de homens e o de mulheres, correspondente a determinada distribuição no espaço geográfico (que, do ponto de vista social, nunca é neutra), e por um conjunto de *características auxiliares* que, a título de exigências tácitas, podem funcionar como princípios reais de seleção ou exclusão sem nunca serem formalmente enunciados – esse é o caso, por exemplo, da filiação étnica ou do gênero;

com efeito, inúmeros critérios oficiais servem de máscara a critérios dissimulados, de modo que o fato de exigir determinado diploma pode ser a maneira de exigir, efetivamente, determinada origem social.⁸

É assim que os membros dos grupos baseados na cooptação, ou seja, a maior parte das *corporações* (médicos, arquitetos, professores de ensino superior, engenheiros, etc.) protegidas por um *numerus clausus*, explícito ou tácito, têm sempre em comum algo a mais e diferente das características explicitamente exigidas: a percepção comum das profissões – sem dúvida, uns dos princípios reais das “vocações” – é menos abstrata e irreal que a dos estatísticos, levando em consideração não só a natureza do cargo ou o montante das remunerações, mas determinadas características secundárias que, freqüentemente, se encontram na origem de seu valor social (prestígio ou descrédito) e que, ausentes da definição oficial, funcionam como exigências tácitas, orientando mais ou menos abertamente – tais como idade, sexo ou origem social ou étnica – as escolhas de cooptação, desde a entrada na profissão e ao longo de toda a carreira, de modo que os membros da corporação desprovidos desses traços são excluídos ou enviados para posições marginais (as médicas ou advogadas são destinadas a uma clientela feminina, enquanto os médicos e advogados negros dedicam-se a clientes negros ou à pesquisa). Em suma, a propriedade evidenciada pelo nome utilizado para designar uma categoria – ou seja, na maior parte das vezes, a profissão – corre o risco de dissimular a eficácia de todas as propriedades secundárias que, apesar de serem realmente constitutivas da categoria dividida desta forma, não são evocadas expressamente. Do mesmo modo, a pessoa expõe-se a cometer erros grosseiros se, tratando-se de apreciar a evolução de uma posição social (identificada pela profissão), vier a ignorar, pelo simples fato de considerar *uma só das propriedades pertinentes*, nem que fosse a mais importante, todos os *efeitos de substituição* nos quais se exprime, também, tal evolução: a trajetória coletiva de uma classe social pode manifestar-se no fato de que ela se torna “feminina” ou “masculina”, envelhecida ou rejuvenescida, empobrecida ou enriquecida; todas estas transformações podem ser simultâneas ou alternadas (o declínio de uma posição pode manifestar-se no fato de que ela se torna feminina – alteração que pode ser acompanhada por uma elevação da origem social – ou se “democratiza” ou “envelhece”). A mesma coisa seria válida para *qualquer grupo definido pela ocupação de uma posição em um campo* – por exemplo, uma disciplina universitária na hierarquia das disciplinas, um título nobiliárquico ou diploma escolar na hierarquia dos títulos, etc.

As relações singulares entre uma variável dependente (por exemplo, a opinião política) e variáveis chamadas independentes – tais como sexo, idade e religião ou, até mesmo, nível de instrução, remunerações e profissão – tendem a dissimular o sistema completo das relações que constituem o verdadeiro princípio da força e da forma específicas dos efeitos registrados em determinada correlação particular. A mais independente das variáveis “independentes” esconde uma verdadeira rede de relações estatísticas que estão presentes, subterraneamente, na relação que ela mantém com determinada opinião ou prática. Ainda neste aspecto, em vez de solicitar à tecnologia estatística que encontre a solução para um problema – afinal, ela limitar-se-á a deslocá-lo –, convém, por uma análise das divisões e das variações introduzidas pelas diferentes variáveis secundárias (sexo,

idade, etc.) no seio da classe dividida segundo a variável principal, interrogar-se a respeito de tudo o que, presente na definição real da classe, não é levado em consideração de modo consciente na definição nominal, cujo resumo se encontra no nome utilizado para designá-la e, por conseguinte, na interpretação das relações em que é introduzida.

Típica da falsa independência entre as variáveis chamadas independentes é a relação entre o diploma e a profissão: não só porque, pelo menos, em determinados setores do espaço social (cujo acesso depende em maior ou menor grau do diploma), a profissão depende do diploma, mas também porque o capital cultural que, segundo se presume, é garantido pelo diploma, depende da profissão ocupada que pode pressupor a manutenção ou o crescimento do capital adquirido na família e/ou na escola (pela e para a promoção profissional), ou, ao contrário, o definhamento desse capital (em decorrência da desqualificação). A este efeito da condição profissional – em que ainda seria necessário estabelecer a distinção entre o efeito do trabalho propriamente dito que, por sua própria natureza, pode exigir um maior ou menor investimento, e de um modo mais ou menos constante, de capital cultural, portanto, a manutenção mais ou menos contínua deste capital, e o efeito da carreira possível que procura ou exclui investimentos culturais propícios para garantir a promoção profissional ou legitimá-la – acrescenta-se o *efeito do meio profissional*, ou seja, o fortalecimento exercido sobre as disposições e, em particular, as disposições culturais (ou religiosas e políticas) por um grupo homogêneo no tocante à maior parte das relações que o definem: assim, em cada caso, seria necessário analisar em que medida as condições de existência profissional favorecem ou desfavorecem a realização desse efeito, o que implicaria levar em consideração as próprias características do trabalho (penibilidade, etc.), as condições em que ele se realiza – ruído ou silêncio favorável à comunicação, etc. –, os ritmos temporais que ele impõe, além do tempo livre que ele concede e, sobretudo, a forma das relações horizontais ou verticais facilitadas por ele dentro ou fora dos locais de trabalho – durante a atividade e nas pausas –, etc. Este efeito encontra-se, sem dúvida, na origem de inúmeras diferenças que separam os empregados de escritório (auxiliares de contador e de repartição, bancários, datilógrafas) dos comerciários (na maioria, vendedores de loja), cuja identificação permanece incompleta com as diferenças associadas à fração da classe de origem (com uma freqüência ligeiramente maior, os empregados de escritório são oriundos de produtores rurais, enquanto os comerciários são originários dos pequenos empresários) e com as diferenças de capital escolar (na proporção anterior, os primeiros possuem o BEPC e os segundos um CAP).⁹ Além dos efeitos desvelados e, ao mesmo tempo, encobertos pela relação entre a fração de classe e as práticas, existe o efeito da posição na distribuição das propriedades secundárias associadas a uma classe: é assim que os membros da classe que possuem apenas algumas propriedades modais – por exemplo, os homens em uma profissão fortemente feminilizada ou os filhos de operários na ENA –, cuja identidade social é marcada profundamente por esta filiação e pela imagem social que ela impõe, devem inevitavelmente considerá-la como referência, independentemente de ter sido assumida ou rejeitada.

Da mesma forma, determinadas relações – tais como aquelas que unem o capital escolar ou a idade à remuneração – dissimulam a relação que associa, entre si, as duas variáveis aparentemente independentes, ou seja, a idade que determina a remuneração com uma força que varia segundo o capital escolar e a profissão que, por sua vez, é

determinada, em parte, pelo capital escolar e, ao mesmo tempo, por outros fatores mais bem dissimulados, tais como sexo ou capital cultural e social herdado. Em outro caso, uma das variáveis é, em parte, apenas uma forma transformada da outra: assim, a idade escolar (isto é, a idade para determinado nível escolar) é uma forma transformada do capital cultural herdado e, deste modo, o atraso é uma etapa para a rejeição ou eliminação; de maneira mais geral, o capital escolar possuído em determinado momento exprime, entre outras coisas, o nível econômico e social da família de origem (no termo de um processo mais ou menos longo que nada tem a ver com uma relação mecânica já que o capital cultural de origem pode ter sido reconvertido, apenas imperfeitamente, em capital escolar ou ter exercido efeitos irredutíveis aos do diploma, como é possível observar em todos os casos em que a origem social estabelece uma distinção entre indivíduos cujo nível escolar é idêntico). Do mesmo modo, em qualquer relação entre o capital escolar e determinada prática, apreende-se o efeito das disposições associadas ao sexo que contribuem para determinar a lógica da reconversão do capital herdado em capital escolar, ou seja, mais precisamente, a “escolha” da espécie de capital escolar que será obtida a partir do mesmo capital de origem: de preferência literário, no caso de uma moça, e científico, no caso de um rapaz. Ainda do mesmo modo, a relação de determinada prática com a idade pode esconder uma relação com o capital escolar quando, pela idade, são identificados, de fato, modos diferentes de acesso à posição – pelo diploma ou pela promoção profissional – e/ou gerações escolares e possibilidades desiguais de acesso ao sistema de ensino (o capital escolar dos agentes mais velhos é mais baixo que o dos mais jovens); ou, ainda, com a classe social, em decorrência das variações da definição social da precocidade ou do atraso nos diferentes campos e, em particular, no campo escolar.¹⁰ Do mesmo modo, por último, é impossível imputar as variações da prática cultural, segundo o porte da aglomeração de residência, ao efeito próprio da distância puramente espacial e às variações da oferta cultural, antes de ter sido verificado se as diferenças subsistem com a eliminação do efeito das desigualdades em relação ao capital escolar, decorrentes – inclusive, na mesma categoria profissional – da distribuição no espaço geográfico.¹¹

Ao proceder à análise isolada de cada variável, como ocorre freqüentemente, corre-se o risco de atribuir a uma das variáveis – por exemplo, sexo ou idade que, à sua maneira, podem exprimir a situação global ou o devir de uma classe – o que é o efeito do conjunto das variáveis (erro facilitado pela propensão consciente ou inconsciente para substituir as *alienações genéricas* – as que estão associadas, por exemplo, ao sexo ou à idade – pelas alienações específicas, relacionadas com a classe). A condição econômica e social, tal como ela é apreendida através da profissão, impõe sua forma específica a todas as propriedades de idade ou de sexo, de modo que a eficácia de toda a *estrutura dos fatores* associados à posição no espaço social encontra-se manifestada nas correlações entre a idade e o sexo, por um lado, e, por outro, as práticas: torna-se evidente a ingenuidade da tendência a imputar as diferenças registradas, segundo a idade, a um efeito genérico do envelhecimento biológico quando se observa, por exemplo, que o envelhecimento – se, entre os membros das classes favorecidas, está associado a um deslize para a direita – acompanha-se, entre os operários, de um deslize para a esquerda. Do mesmo modo, na precocidade relativa dos quadros – avaliada, por exemplo, pela idade em que tiveram

acesso a determinada posição –, exprime-se tudo o que, para além das aparências da identidade pontual de condição, leva à sua divisão, ou seja, toda a sua trajetória anterior e posterior, além do volume e da estrutura do capital que a determinam.

A classe construída

A classe social não é definida por uma propriedade (mesmo que se tratasse da mais determinante, tal como o volume e a estrutura do capital), nem por uma soma de *propriedades* (sexo, idade, origem social ou étnica – por exemplo, parcela de brancos e de negros, de indígenas e de imigrantes, etc. –, remunerações, nível de instrução, etc.), tampouco por uma cadeia de propriedades, todas elas ordenadas a partir de uma propriedade fundamental – a posição nas relações de produção –, em uma relação de causa a efeito, de condicionante a condicionado, mas pela estrutura das relações entre todas as propriedades pertinentes que confere seu valor próprio a cada uma delas e aos efeitos que ela exerce sobre as práticas.¹² A construção, como é o caso deste trabalho, de classes – tanto quanto possível homogêneas no tocante aos determinantes fundamentais das condições materiais de existência e dos condicionamentos que elas impõem – implica, portanto, levar em consideração de modo consciente – *na própria construção destas classes* e na interpretação das variações, segundo estas classes, da distribuição das propriedades e das práticas – a rede das características secundárias manipuladas, de maneira mais ou menos inconsciente, sempre que é feito apelo a classes construídas com base em um critério único, mesmo que fosse tão pertinente quanto a profissão; trata-se também de apreender a origem das divisões objetivas, ou seja, incorporadas ou objetivadas em propriedades distintivas, com base nas quais os agentes têm mais possibilidades de se dividirem e de voltarem a agrupar-se realmente em suas práticas habituais, além de se mobilizarem ou serem mobilizados – em função, é claro, da lógica específica, associada a uma história específica, das organizações mobilizadoras – pela e para a ação política, individual ou coletiva.¹³

Não se pode justificar de maneira, a um só tempo, unitária e específica, a infinita diversidade das práticas a não ser mediante a condição de romper com o *pensamento linear* que se limita a conhecer as estruturas simples de ordem em relação à determinação direta para se aplicar a reconstruir as *redes* de relações emaranhadas, presentes em cada um dos fatores.¹⁴ A *causalidade estrutural de uma rede de fatores* é totalmente irredutível à eficácia acumulada do conjunto das relações lineares dotadas de força explicativa diferenciada e isoladas forçosamente pela necessidade da análise, ou seja, aquelas que se estabelecem entre os diferentes fatores, examinados um por um, e a prática considerada. Através de cada um dos fatores, exerce-se a eficácia de todos os outros, de modo que a multiplicidade das determinações conduz não à indeterminação, mas à *sobredeterminação*: assim, a sobreposição das determinações biológicas ou psicológicas com as determinações sociais na formação da identidade sexual definida do ponto de vista social – dimensão fundamental da personalidade social – é apenas um caso particular, apesar de ser particularmente importante, de uma lógica que se encontra, também, em ação no caso das outras determinações biológicas – por exemplo, o envelhecimento.

É evidente que nem todos os fatores constitutivos da classe construída dependem, no mesmo grau, uns dos outros e que a estrutura do sistema que eles constituem é

determinada por aqueles que têm o peso funcional mais importante: é assim que o volume e a estrutura do capital conferem sua forma e seu valor específicos às determinações que os outros fatores – idade, sexo, residência, etc. – impõem às práticas. As propriedades de gênero são tão indissociáveis das propriedades de classe quanto o amarelo do limão é inseparável de sua acidez: uma classe define-se no que ela tem de mais essencial pelo lugar e valor que atribui aos dois sexos e a suas disposições socialmente constituídas. Eis o que faz com que, por um lado, o número de maneiras de realizar a feminilidade corresponda ao número de classes e de frações de classe; e, por outro, no seio das diferentes classes sociais, a divisão do trabalho entre os sexos assumam formas completamente diferentes, tanto nas práticas quanto nas representações. A verdade de uma classe ou de uma fração de classe *exprime-se*, portanto, em sua distribuição segundo o sexo ou a idade e, talvez, ainda mais, por tratar-se de seu futuro, na evolução desta distribuição no decorrer do tempo: as posições mais baixas designam-se pelo fato de comportarem uma parcela importante – e crescente – de estrangeiros e/ou de mulheres (operários sem qualificação, trabalhadores braçais) ou de mulheres estrangeiras (faxineiras);¹⁵ do mesmo modo, não é por acaso que as profissões de *serviço* e de *cuidados pessoais*, serviços médico-sociais, estabelecimentos de cuidados pessoais – antigos, tais como os cabeleireiros; e novos, por exemplo, as esteticistas – e, sobretudo, serviços domésticos que acumulam as duas dimensões da definição tradicional das tarefas femininas, ou seja, o serviço e a casa, são praticamente reservados às mulheres. Também, não é por acaso que as classes ou as frações de classe mais idosas são, igualmente, as classes em declínio, tais como os agricultores e os empresários da indústria ou do comércio; neste caso, para escapar ao declínio coletivo, resta à maior parte dos jovens, oriundos destas classes, a reconversão para profissões em expansão. Do mesmo modo, no crescimento da parcela das mulheres exprime-se o verdadeiro devir de uma profissão e, em particular, a desvalorização absoluta ou relativa que pode resultar das transformações da natureza e da organização do próprio trabalho – é o caso, por exemplo, dos empregos de escritório, com a multiplicação das tarefas mecânicas e repetitivas, comumente deixadas às mulheres – ou das mudanças de posição relativa no espaço social: é o caso dos professores, cuja posição foi afetada pela translação global da corporação resultante do aumento global do número das posições em oferta. Da mesma forma, conviria analisar a relação entre o estatuto matrimonial e a classe ou a fração de classe: já tem sido suficientemente demonstrado, por exemplo, que o celibato dos homens não é uma propriedade secundária do pequeno campesinato, mas uma manifestação essencial da crise que afeta esta fração da classe camponesa; a desregulamentação dos mecanismos de reprodução biológica e social, determinada pela lógica específica da dominação simbólica, é uma das mediações através das quais se realiza o processo de concentração que conduz a uma transformação profunda da classe. No entanto, ainda neste aspecto, e à semelhança do que foi feito para o nível de instrução, seria necessário submeter a noção comum a um verdadeiro trabalho de análise: o fato de estar casado não se opõe somente ao fato de ser celibatário, assim como o fato de ter um cônjuge legítimo não se opõe somente ao fato de ser desprovido desse cônjuge. Basta pensar em alguns casos-limite – freqüentes, de modo bastante desigual: o da mulher sem profissão; o do artista que vive às expensas da esposa; o do empresário ou quadro da indústria que deve sua posição ao estatuto de gênero – para observar que é difícil caracterizar um indivíduo

sem fazer intervir todas as *propriedades* que advêm a cada um dos cônjuges – e não somente às mulheres – por intermédio do outro: um nome (às vezes, a preposição *de*), bens, remunerações, relações, um estatuto social (cada membro do casal é caracterizado – em graus diferentes, segundo o sexo, a posição social e a distância entre as duas posições – pela posição do cônjuge). Para omitir a inclusão das propriedades adquiridas e/ou possuídas *por aliança* no sistema das propriedades que podem determinar as práticas e as propriedades, convém, como se faz habitualmente, esquecer de se questionar a respeito do indivíduo das práticas ou, mais simplesmente, se o “sujeito” interrogado é verdadeiramente o indivíduo das práticas a respeito das quais está sendo questionado. De fato, basta formular a questão para perceber que um grande número de estratégias só se define, concretamente, na relação entre os membros do grupo doméstico (casal ou, às vezes, grande família); ora, esta relação depende, por sua vez, da relação entre os dois sistemas de propriedades associados aos dois cônjuges. Os bens comuns, sobretudo, quando atingem alguma importância econômica e social, tais como o apartamento ou o mobiliário, ou, até mesmo, os bens pessoais, por exemplo, o vestuário, são – à semelhança do que ocorre em outras sociedades em relação à escolha de um esposo ou esposa para a filha ou filho – a resultante destas relações de força (denegadas) que definem a unidade doméstica: assim, por exemplo, tudo permite supor que, considerando a lógica da divisão do trabalho entre os sexos que confere às mulheres a precedência em matéria de gosto (enquanto tal precedência é atribuída aos homens em matéria de política), o peso do gosto próprio do homem na escolha da roupa (portanto, o grau em que a roupa exprime esse gosto) depende não só do capital cultural herdado e do capital escolar à sua disposição – a divisão tradicional dos papéis tende a enfraquecer-se, tanto neste domínio quanto alhures, com o aumento do capital escolar –, mas também do capital escolar e cultural possuído pela esposa, assim como da distância que os separa (a mesma coisa é válida para o peso das preferências próprias da mulher em matéria de política; neste caso, as possibilidades de que o efeito de atribuição estatutária que transforma a política em um assunto de homens serão tanto menores, quanto mais importante for o capital escolar da esposa e mais reduzida for, em seu favor, a diferença entre seu capital e o do marido).

Classe social e classe de trajetórias

Mas, não é tudo. Por um lado, a definição completa dos agentes não se faz apenas pelas propriedades que, em determinado momento, possuem e cujas condições de aquisição sobrevivem nos *habitus* – por seu efeito de histerese – e, por outro, a relação entre o capital de origem e o capital de chegada ou, se preferirmos, entre as posições original e atual no espaço social, é uma relação estatística de intensidade bastante variável. Apesar de se perpetuar sempre nas disposições constitutivas do *habitus*, as condições de aquisição das propriedades sincronicamente repertoriadas são evocadas apenas nos casos de *discordância* entre as condições de aquisição e as condições de utilização,¹⁶ ou seja, quando as práticas engendradas pelo *habitus* aparecem como mal adaptadas por terem sido ajustadas a um antigo estado das condições objetivas – eis o que poderia ser designado como efeito Dom Quixote. Ao comparar as práticas de agentes que possuem as mesmas propriedades e ocupam a mesma posição social em determinado momento, mas separados

por sua origem, a análise estatística realiza uma operação análoga à percepção comum que, em um grupo, identifica os novos-ricos ou os desclassificados, apoiando-se nos indícios sutis das maneiras de ser ou da postura em que se denuncia o efeito de condições de existência diferentes das condições presentes ou, o que vem a dar no mesmo, uma trajetória social diferente da trajetória modal no grupo considerado.

Não é ao acaso que os indivíduos se deslocam no espaço social: por um lado, porque eles estão submetidos – por exemplo, através dos mecanismos objetivos de eliminação e de orientação – às forças que conferem sua estrutura a esse espaço; e, por outro, porque sua inércia própria, ou seja, *suas propriedades*, cuja existência pode ocorrer no estado incorporado, sob a forma de disposições, ou no estado objetivado, por meio de bens, títulos, etc., opõe-se às forças do campo. A determinado volume de capital herdado corresponde um *feixe de trajetórias* praticamente equiprováveis que levam a posições praticamente equivalentes – trata-se do *campo dos possíveis* oferecido objetivamente a determinado agente; e a passagem de uma trajetória para outra depende, muitas vezes, de acontecimentos coletivos (guerras, crises, etc.) ou individuais (encontros, ligações amorosas, privilégios, etc.) descritos, comumente, como acasos (felizes ou infelizes), apesar de dependerem, por sua vez, estatisticamente, da posição e das disposições daqueles que vivenciam tais eventos – por exemplo, o senso das “relações” por meio do qual os detentores de um elevado capital social têm a possibilidade de conservar ou aumentar esse capital –, a não ser que sejam organizados expressamente pelas intervenções institucionalizadas (clubes, reuniões de família, associações de ex-membros de empresa ou instituição, etc.) ou “espontâneas” dos indivíduos ou grupos. Daí, segue-se que a posição e a trajetória individual não são, do ponto de vista estatístico, independentes na medida em que nem todas as posições de chegada são igualmente prováveis para todos os pontos de partida: eis o que implica a existência de uma correlação bastante forte entre as posições sociais e as disposições dos agentes que as ocupam ou, o que vem a dar no mesmo, as trajetórias que levaram a ocupá-las e que, por conseguinte, a *trajetória modal* faz parte integrante do sistema dos fatores constitutivos da classe – as práticas serão tanto mais irredutíveis ao efeito da posição definida sincronicamente, quanto mais dispersas forem as trajetórias, como é o caso na pequena burguesia.

A homogeneidade das disposições associadas a uma posição e seu ajuste, aparentemente miraculoso, às exigências inscritas na posição, são o produto, por um lado, dos mecanismos que fornecem orientação para as posições aos indivíduos ajustados de antemão, seja por se sentirem feitos para determinados cargos como se estes tivessem sido feitos para eles – trata-se da “vocação” como adesão antecipada ao destino objetivo que é imposta pela referência prática à trajetória modal na classe de origem –, seja por aparecerem como tais aos ocupantes desses cargos – neste caso, trata-se da cooptação baseada na harmonia imediata das disposições – e, por outro, da dialética que se estabelece, no decorrer de uma vida, entre as disposições e as posições, entre as aspirações e as realizações. O *envelhecimento social* é apenas o lento trabalho de assumir a perda ou, se preferirmos, de *desinvestimento* – assistido e incentivado do ponto de vista social – que leva os agentes a ajustarem suas aspirações a suas possibilidades objetivas, conduzindo-os assim a desposarem sua condição, a *tornarem-se o que são*, a *contentarem-se com o que têm*, inclusive, mediante o empenho em se enganarem a si mesmos em relação ao que são e têm, com a cumplicidade coletiva, além de *assumirem a perda* de todos os demais

possíveis, abandonados, aos poucos, pelo caminho, e de todas as expectativas reconhecidas como irrealizáveis à força de terem permanecido irrealizadas.

O caráter *estatístico* da relação que se estabelece entre o capital de origem e o capital de chegada é o que faz com que seja impossível dar conta das práticas em função unicamente das propriedades que definem a posição ocupada, em determinado momento, no espaço social: a afirmação de que os membros de uma classe que, na origem, dispunham de determinado capital econômico e cultural, estão votados, com determinada probabilidade, a uma trajetória escolar e social que conduza a determinada posição, implica dizer, de fato, que uma fração da classe – que não pode ser determinada *a priori* nos limites do sistema explicativo considerado – está destinada a desviar-se em relação à trajetória mais freqüente para a classe no seu todo, empreendendo a trajetória, superior ou inferior, que era a mais provável para os membros de outra classe, e desclassificando-se, assim, pelo alto ou por baixo.¹⁷ O efeito de trajetória manifestado nesse momento, como em todos os casos em que indivíduos ocupantes de posições semelhantes em determinado momento estão separados por diferenças associadas à evolução, no decorrer do tempo, do volume e da estrutura de seu capital, ou seja, por sua *trajetória individual*, corre sério risco de ser mal compreendido. A correlação entre uma prática e a origem social – avaliada pela posição do pai, cujo *valor real* pode ter sofrido uma degradação dissimulada pela constância do valor nominal – é a resultante de dois efeitos (não forçosamente do mesmo sentido): por um lado, o *efeito de inculcação* diretamente exercido pela família ou pelas condições originais de existência; por outro, o *efeito de trajetória social* propriamente dita,¹⁸ ou seja, o efeito exercido sobre as disposições e as opiniões pela experiência da ascensão social ou do declínio – nesta lógica, a posição de origem é apenas o ponto de partida de uma trajetória, a referência em relação à qual define-se o *sentido* da carreira social. Esta distinção impõe-se, com evidência, em todos os casos em que indivíduos oriundos da mesma fração ou da mesma família – portanto, submetidos a inculcações morais, religiosas ou políticas, supostamente, idênticas – sentem-se inclinados a tomadas de posição divergentes em matéria de religião ou política pelas relações diferentes com o mundo social, tributárias de trajetórias individuais divergentes e, por exemplo, segundo o grau de sucesso ou não obtido nas estratégias de reconversão necessárias para escapar ao declínio coletivo de sua classe. Este efeito de trajetória contribui, sem dúvida, em uma parte importante, para embaralhar a relação entre a classe social e as opiniões religiosas ou políticas pelo fato de que ele orienta a representação da posição ocupada no mundo social e, por conseguinte, a visão desse mundo e de seu futuro: em oposição aos indivíduos ou grupos em ascensão, plebeus de nascença ou de cultura – cujo futuro, ou seja, o próprio ser, está à sua frente –, os indivíduos ou os grupos em declínio reinventam eternamente o discurso de todas as nobrezas, a fé essencialista na eternidade das naturezas, a celebração do passado e da tradição, além do culto integrista da história e de seus rituais, porque resta-lhes, em relação ao futuro, a expectativa do retorno da antiga ordem pela qual esperam conseguir a restauração de seu ser social.¹⁹ Esta confusão é visível, particularmente, nas classes médias e, em especial, nas novas frações dessas classes que, por se tratarem de espaços de indeterminação, cuja situação *na estrutura social é instável*, realizam no mais elevado grau a propriedade, característica da classe no seu todo, de fazer coexistir indivíduos com trajetórias extremamente dispersas. Esta dispersão das trajetórias observa-se, até mesmo, *no plano da unidade doméstica* que, em relação às outras classes, tem mais possibilidades de reunir cônjuges (relativamente)

desajustados não só por sua origem e trajetória social, mas também por seu estatuto profissional e nível escolar – cujo efeito, entre outros aspectos, é o de elevar ao primeiro plano o que a nova vulgata designa como “os problemas do casal”, ou seja, essencialmente, os problemas da divisão sexual do trabalho e da divisão do trabalho sexual.

Por oposição ao efeito da trajetória individual que, por ser um *desvio* em relação à trajetória coletiva – cujo sentido pode ser nulo –, é imediatamente visível, o efeito da *trajetória coletiva* corre o risco de passar despercebido como tal: quando o efeito de trajetória se exerce sobre o conjunto de uma classe ou de uma fração de classe, ou seja, sobre um conjunto de indivíduos cujos traços comuns consistem em ocupar uma posição idêntica e estarem envolvidos na mesma *trajetória coletiva*, aquela que define a classe em ascensão ou em declínio, corre-se o risco de imputar às propriedades, associadas sincronicamente à classe, determinados efeitos – por exemplo, opiniões políticas ou religiosas – que, na realidade, são o produto das transformações coletivas. A análise torna-se complicada pelo fato de que determinados membros de uma fração de classe podem ter empreendido uma trajetória individual de sentido oposto à da fração em seu todo: apesar disso, suas práticas não deixam de estar marcadas pelo destino coletivo – pode-se formular a questão de saber, por exemplo, se os artesãos ou os agricultores, cujo sucesso individual parece ir na contracorrente do declínio coletivo, deixam de ser afetados por esse declínio.²⁰ No entanto, ainda neste aspecto, convém tomar cuidado contra o substancialismo. É assim que algumas das propriedades associadas à classe social que, eventualmente, permanecem sem eficácia, nem valor, em determinado campo – tais como a naturalidade e a familiaridade cultural em uma área estritamente controlada pela instituição escolar – podem assumir a totalidade de seu peso em outro campo – por exemplo, em um universo mundano – ou em *outro estado do campo*, tais como as aptidões que, após a Revolução Francesa, permitiram que os aristocratas franceses se tornassem, segundo a expressão de Marx, “os mestres da dança na Europa”.

Capital e mercado

No entanto, tudo seria ainda simples demais se, em vez de um fator, até mesmo particularmente poderoso – tal como a categoria socioprofissional que deve uma parte importante de seus efeitos às variáveis secundárias que se encontram sob seu comando –, ou de um índice estabelecido de uma só vez, bastasse adotar um sistema de fatores definido, primordialmente, por sua estrutura.²¹ De fato, segundo o domínio considerado, a eficiência encontra-se na configuração particular do sistema das propriedades constitutivas da classe construída, definida de maneira totalmente teórica por todos os fatores que operam em todas as áreas da prática, tais como volume e estrutura do capital, definidos pontualmente e em sua evolução (trajetória), sexo, idade, estatuto matrimonial, residência, etc. A lógica específica do campo, do que está em jogo e da espécie de capital necessário para participar do mesmo, é que comanda as propriedades através das quais se estabelece a relação entre a classe e a prática.²² Para compreender que o mesmo sistema de propriedades (que determina a posição ocupada no campo das lutas de classes e que é determinado por ela) mantém sempre o maior poder explicativo, seja qual for o domínio considerado – consumos alimentares, práticas de crédito ou fecundidade, opiniões políticas ou práticas religiosas, etc. – e que, simultaneamente, o peso relativo dos fatores que o constituem varia de um campo para o outro, de modo que determinado

fator aparece, segundo o caso, no primeiro plano – aqui, o capital escolar; lá, o capital econômico; alhures, o capital de relações sociais; e assim por diante –, basta perceber que, sendo capital uma relação social, ou seja, uma energia social que existe e produz seus efeitos apenas no campo em que ela se produz e se reproduz, cada uma das propriedades associadas à classe *recebe seu valor e sua eficácia das leis específicas de cada campo*: na prática, ou seja, em um campo particular, nem sempre todas as propriedades incorporadas (disposições) ou objetivadas (bens econômicos ou culturais), associadas aos agentes, são eficientes simultaneamente; a lógica específica de cada campo determina aquelas que *têm cotação* neste mercado, sendo pertinentes e *eficientes* no jogo considerado, além de funcionarem, *na relação com este campo*, como capital específico e, por conseguinte, como fator explicativo das práticas. Isso significa, concretamente, que a posição social e o poder específico atribuídos aos agentes em um campo particular dependem, antes de mais nada, do capital específico que eles podem mobilizar, seja qual for sua riqueza em outra espécie de capital – que pode exercer, todavia, um efeito de contaminação. Assim, explica-se que a relação descoberta pela análise entre a classe e as práticas pareça estabelecer-se, em cada caso, por intermédio de um fator ou de uma combinação particular de fatores, variável segundo o campo. Esta aparência encontra-se, por sua vez, na origem do erro que consiste em inventar um número de sistemas explicativos semelhante ao número de campos, em vez de perceber, em cada um deles, uma forma transformada de todos os outros ou, pior ainda, em instaurar, como princípio de explicação universal, uma combinação particular de fatores eficientes em um campo particular de práticas. A configuração singular do sistema dos fatores explicativos que deve ser construída para justificar o estado da distribuição de uma classe particular de bens ou práticas – ou seja, um balanço, elaborado em determinado momento, da luta das classes, cujo pretexto é precisamente esta classe particular de bens ou práticas (caviar ou pintura de vanguarda, Prêmio Nobel ou mercado de Estado, opinião avançada ou esporte chique, etc.) – é a forma assumida, *neste campo*, pelo capital objetivado (propriedades) e incorporado (*habitus*) que define propriamente falando a classe social e constitui o princípio de produção de práticas distintivas, ou seja, classificadas e classificantes; ele representa o estado do sistema das propriedades que transformam a classe em um princípio de explicação e de classificação universal, definindo a posição ocupada em todos os campos possíveis.

Um espaço com três dimensões

Volume 1 composição da trajetória do indivíduo

Obedecendo à preocupação de recompor as unidades mais homogêneas do ponto de vista das condições de produção dos *habitus*, ou seja, no tocante às condições elementares da existência e dos condicionamentos que elas impõem, é possível construir um espaço, cujas três dimensões fundamentais sejam definidas pelo volume e estrutura do capital, assim como pela evolução no tempo dessas duas propriedades – manifestada por sua trajetória passada e seu potencial no espaço social.²³

As diferenças primárias – aquelas que estabelecem a distinção entre as grandes classes de condições de existência – encontram sua origem no *volume global do capital* (capital econômico, capital cultural e, também, capital social) como conjunto de recursos e poderes efetivamente utilizáveis: as diferentes classes (e frações de classe) distribuem-se, assim, desde as mais bem providas, a um só tempo, em capital econômico e cultural,

até as mais desprovidas nestes dois aspectos (cf. Gráfico 5). Os membros das profissões liberais que têm altas remunerações e diplomas elevados, oriundos freqüentemente (52,9%) da classe dominante (profissões liberais ou quadros superiores), que recebem e consomem, em grande quantidade, bens materiais e culturais, opõem-se praticamente em todos os aspectos, não só aos empregados de escritório, detentores de poucos diplomas, oriundos, muitas vezes, das classes populares e médias, recebendo e gastando um número reduzido de bens, além de dedicarem uma parte importante de seu tempo à manutenção do carro e aos pequenos consertos domésticos, mas, sobretudo, aos trabalhadores braçais e assalariados agrícolas, dotados das mais baixas remunerações, desprovidos de diplomas e oriundos na sua quase totalidade (à razão de 90,5% para os assalariados agrícolas e de 84,5% para os trabalhadores braçais) das classes populares.²⁴

As diferenças, cuja referência é o volume global do capital, dissimulam quase sempre, tanto no conhecimento comum quando no conhecimento “erudito”, as diferenças secundárias que, no interior de cada uma das classes definidas pelo volume global de seu capital, separam frações de classe, definidas por *estruturas patrimoniais* diferentes, ou seja, por formas diferentes da distribuição de seu capital global entre as espécies de capital.²⁵ Levar em consideração a estrutura do patrimônio – e não apenas, como tem sido feito sempre implicitamente, a *espécie dominante* em determinada estrutura, ou seja, “nascimento”, “fortuna”, “talentos”, como se dizia no século XIX – é dotar-se dos meios de proceder a divisões mais bem definidas e, ao mesmo tempo, apreender os efeitos específicos da própria estrutura da distribuição entre as diferentes espécies que, por exemplo, pode ser simétrica (como no caso das profissões liberais que juntam um elevado capital cultural a remunerações bastante elevadas) ou dessimétrica (no caso dos professores ou dos empresários em que, para os primeiros, a espécie dominante é o capital cultural, enquanto, para os segundos, é o capital econômico). Assim, temos dois conjuntos de posições homólogas. As frações cuja reprodução depende do capital econômico, freqüentemente herdado – no nível superior, industriais e grandes comerciantes;²⁶ e, no nível médio, artesãos e pequenos comerciantes –, opõem-se às frações mais desprovidas (é claro, relativamente) de capital econômico e cuja reprodução depende, principalmente, do capital cultural – no nível superior, professores universitários e do secundário; e, no nível médio, professores primários.²⁷

Considerando que o volume do capital econômico cresce de maneira contínua, no mesmo momento que decresce o volume do capital cultural, quando se passa dos artistas para os empresários da indústria e do comércio, vê-se que a classe dominante organiza-se segundo uma *estrutura em quiasma*. Para estabelecê-la, convém analisar sucessivamente – através dos diferentes indicadores tomados de empréstimo a uma pesquisa que tem o mérito de propor a distinção entre quadros do setor público e quadros do setor privado (F.C., V) – a distribuição do capital econômico e a distribuição do capital cultural entre as frações e relacionar as estruturas destas distribuições.

Evidente quando indicadores de patrimônio são levados em consideração, a hierarquia que se estabelece entre as frações para a posse de capital econômico e que vai dos empresários da indústria e do comércio aos professores, torna-se já menos aparente quando se lida, como neste estudo, com índices de *consumo* – automóvel, barco, hotel –

Tabela 6 – Variações de alguns indicadores do capital econômico segundo a fração da classe dominante (F. C., V)

	professores	quadros do setor público	profissões liberais	engenheiros	quadros do setor privado	empresários da indústria	empresários do comércio
proprietário moradia	51	38	54	44	40	70	70
proprietário carro de luxo	12	20	28	21	22	34	33
proprietário barco	8	8	14	10	12	14	13
férias em hotel	15	17	23	17	21	26	32
remuneração média (em milhares de F)	33	32	41	36	37	36	33
taxa de não-declarantes de renda	6	8	27	9	13	28	24

Tabela 7 – Variações de alguns indicadores da prática cultural segundo as diferentes frações da classe dominante (F. C., V)

	professores	quadros do setor público	profissões liberais	engenheiros	quadros do setor privado	empresários da indústria	empresários do comércio
leitores de livros não prof. ¹	21	18	18	16	16	10	10
espectadores de teatro ²	38	29	29	28	34	16	20
ouvintes de música clássica	83	89	86	89	89	75	73
visitantes de museus	75	66	68	58	69	47	52
visitantes de galerias	58	54	57	45	47	37	34
possuidores de rádio FM	59	54	57	56	53	48	48
não-possuidores de TV	46	30	28	33	28	14	24
leitores de <i>Le Monde</i> ³	410	235	230	145	151	82	49
leitores de <i>Figaro litt.</i> ³	168	132	131	68	100	64	24

¹ 15 horas ou mais por semana.

² Pelo menos uma vez a cada dois ou três meses.

³ Índice de penetração por 1.000.*

* Trata-se de dois jornais parisienses; em princípio, o perfil dos leitores do primeiro seria mais de esquerda, enquanto o do segundo seria mais de direita. (N.T.)

Tabela 8 – Tipo de leitura segundo as diferentes frações da classe dominante (F. C., V)

	professores	quadros do setor público	profissões liberais	engenheiros	quadros do setor privado	empresários da indústria	empresários do comércio
romances policiais	25(6)	29(1)	27(4)	28(3)	29(1)	27(4)	25(6)
romances de aventura	17(7)	20(3)	18(6)	24(1)	22(2)	19(4)	19(4)
relatos históricos	44(4)	47(2)	49(1)	47(2)	44(4)	36(6)	27(7)
livros de arte	28(2)	20(3)	31(1)	19(5)	20(3)	17(6)	14(7)
romances	64(2)	68(1)	59(5)	62(3)	62(3)	45(6)	42(7)
filosofia	20(1)	13(3)	12(5)	13(3)	15(2)	10(7)	12(5)
política	15(1)	12(2)	9(4)	7(5)	10(3)	5(6)	4(7)
economia	10(1)	8(3)	5(6)	7(5)	9(2)	8(3)	5(6)
ciências	15(3)	14(4)	18(2)	21(1)	9(7)	10(6)	11(5)

A tendência mais forte, por linha, foi sublinhada. O algarismo entre parêntesis representa a posição de cada fração. O destaque atribuído à leitura de livros de economia e de ciências deve-se ao fato de que o interesse por esses gêneros de literatura depende de fatores secundários, a saber: para uns, o tipo de prática profissional (daí, a posição ocupada pelos quadros do setor privado e pelos empresários); e, para os outros, o tipo de formação intelectual (daí, a posição dos engenheiros).

Tabela 9 – Variações da origem social dos membros da classe dominante segundo a fração de classe (F. C., II)

Pais:	Filhos:	empresários da indústria	empresários do comércio	profissões liberais	engenheiros	quadros do setor público	professores
empresários da indústria		33,5	2,8	2,3	6,1	4,4	1,5
empresários do comércio		1,9	31,0	-	1,8	5,0	0,8
profissões liberais		0,6	0,9	20,0	0,9	2,4	7,6
engenheiros		-	-	6,4	6,7	2,3	4,6
quadros do setor público		1,9	3,3	9,9	13,2	14,2	7,6
professores		0,6	-	2,9	2,7	0,3	6,1
total da classe		38,5	38,0	41,5	31,4	28,7	28,2

Indicadores de patrimônio (Indicadores de consumo)

que não são perfeitamente adequados, nem perfeitamente unívocos: o primeiro depende, também, do tipo de prática profissional, enquanto os outros dois têm a ver com o tempo livre que, segundo foi demonstrado alhures, varia praticamente em razão inversa do capital econômico; a posse de uma moradia depende, também, da estabilidade na mesma residência (mais baixa entre os quadros, engenheiros e professores). Por sua vez, as remunerações são minimizadas de forma bastante desigual – a taxa de não-declarantes de renda pode ser considerada como um indicador da tendência para a subdeclaração – e acompanhadas, de forma bastante desigual, de benefícios secundários, tais como refeições e viagens de negócios (aliás, por outra pesquisa, sabe-se que elas crescem quando se passa dos professores para os quadros do setor privado e empresários).

No que diz respeito ao capital cultural, salvo algumas inversões em que se exprime a ação de variáveis secundárias, tais como a residência, com a oferta cultural que é solidária desse fator, e a remuneração, com os recursos que ela garante, as diferentes frações organizam-se segundo uma hierarquia inversa (a diferenciação segundo a espécie de capital possuído – literário, científico ou econômico-político – é perceptível, sobretudo, pelo fato de que os engenheiros testemunham maior interesse pela música e, também, pelos jogos “intelectuais”, tais como o *bridge* ou o xadrez, que por atividades literárias – leitura semanal de *Le Figaro littéraire* ou frequência do teatro).

Estes indicadores tendem, sem dúvida, a minimizar fortemente as distâncias entre as diferentes frações: de fato, a maior parte dos consumos culturais implicam, também, um custo econômico – por exemplo, a frequência do teatro depende não só do nível de instrução, mas igualmente da remuneração; além disso, determinados aparelhos, tais como postos de rádio de frequência modulada ou aparelhos de som de alta fidelidade podem ser objeto de utilizações bastante diferentes (por exemplo, a escuta de música clássica ou de música para dançar) e dotadas de valores tão desiguais, por referência à hierarquia dominante dos usos possíveis, quanto às diferentes formas de leitura ou de teatro. De fato, a posição das diferentes frações hierarquizadas segundo o interesse que elas atribuem aos diferentes tipos de leitura tende a aproximar-se da posição ocupada por elas na hierarquia estabelecida segundo o volume do capital cultural possuído à medida que se avança em direção a leituras mais raras e, segundo foi demonstrado por outra pesquisa, mais relacionadas com o nível de instrução, além de estarem situadas em posição mais elevada na hierarquia dos graus da legitimidade cultural (cf. Tabela 8).

Do mesmo modo, observa-se (F.C., XIV, Tabela 215a) que a sobre-representação dos professores (e estudantes) no público dos diferentes teatros decresce continuamente, enquanto aumenta a sobre-representação das outras frações – empresários, quadros superiores e membros das profissões liberais, infelizmente, confundidos na estatística – quando se passa do teatro de vanguarda, ou percebido como tal, para o teatro clássico e, sobretudo, deste último para o teatro de bulevar que recruta entre a terça e a quarta parte de seu público nas frações menos “intelectuais” da classe dominante.

Tendo estabelecido que a estrutura da distribuição do capital econômico é simétrica e inversa da estrutura da distribuição do capital cultural, pode-se formular a questão sobre a hierarquia dos dois princípios de hierarquização – sem esquecer que esta hierarquia é, em cada momento, um pretexto de lutas e que, em determinadas

conjunturas, o capital cultural pode ser, como ocorre atualmente na França, uma das condições do acesso ao controle do capital econômico. É possível tomar como indicador do estado da relação de força entre esses dois princípios de dominação a frequência das deslocamentos intergeracionais entre as frações. Se considerarmos como índices da raridade de uma posição – ou, o que vem a dar no mesmo, de seu confinamento – a parcela de seus membros que são oriundos da classe dominante em seu todo ou da fração considerada em si mesma, verifica-se que a hierarquia obtida, assim, corresponde de modo bastante preciso, para ambos os índices, à hierarquia estabelecida segundo o volume do capital econômico: a parcela dos membros de cada fração que são oriundos da classe dominante, assim como a parcela dos indivíduos oriundos da fração de que fazem parte, decrescem paralelamente quando se passa dos empresários da indústria para os professores, com um corte bem visível entre as três frações da posição superior (empresários da indústria e do comércio, além das profissões liberais) e as três frações da posição inferior (engenheiros, quadros do setor público e professores).

A utilização de tais indicadores pode ser criticada pelo fato de que as diferentes frações mantêm um controle bastante desigual das condições de sua reprodução social, de modo que a elevada proporção de empresários endógenos pode exprimir simplesmente a capacidade que pertence a estas frações – ou, pelo menos, a uma parcela de seus membros – para transmitir, sem mediação nem controle, seus poderes e privilégios. Com efeito, esta capacidade é, por sua vez, um dos mais raros privilégios que, ao fornecer uma maior liberdade em relação aos veredictos escolares, torna menos indispensáveis, ou menos urgentes, os investimentos culturais a que não podem escapar aqueles que dependem completamente do sistema de ensino para sua reprodução. De fato, as frações mais ricas em capital cultural têm propensão a investir, de preferência, na educação dos filhos e, ao mesmo tempo, nas práticas culturais próprias a manter e aumentar sua raridade específica. Por sua vez, as frações mais ricas em capital econômico relegam os investimentos culturais e educativos em benefício dos investimentos econômicos; no entanto, esta tendência é mais forte nos empresários da indústria e do comércio do que na nova burguesia dos quadros do setor privado que manifesta a mesma preocupação de *investimento racional* tanto no domínio econômico quanto no domínio da educação. Relativamente providas das duas formas de capital, apesar de sua reduzida integração na vida econômica para aplicar ativamente seu capital nesse campo, as profissões liberais – e, em particular, médicos e advogados – investem na educação dos filhos, mas também, e sobretudo, nos consumos propícios a simbolizar a posse de recursos materiais e culturais que se conformem com as regras da arte burguesa de viver e, por isso mesmo, capazes de garantir um *capital social*: capital de relações mundanas que podem, se for o caso, fornecer “apoios” úteis; assim como capital de honorabilidade e de respeitabilidade que, muitas vezes, é indispensável para atrair ou assegurar a confiança da alta sociedade e, por conseguinte, de sua clientela, além da possibilidade de servir de moeda de troca, por exemplo, em uma carreira política.

Pelo fato de que o sucesso escolar depende, principalmente, do capital cultural herdado e da propensão a investir no sistema escolar – e de que, para determinado indivíduo ou grupo, esta será tanto maior quanto mais dependentes estiverem dela

Pierre Bourdieu

para manter ou melhorar sua posição social –, compreende-se que a parcela dos alunos oriundos das frações mais ricas em capital cultural será tanto maior em uma instituição escolar quanto mais elevada ela estiver na hierarquia *propriamente escolar* das instituições de ensino – avaliada, por exemplo, pelo índice de sucesso escolar anterior –, atingindo seu ápice na instituição encarregada de garantir a reprodução do corpo docente (*École normale supérieure* ou ENS). De fato, à semelhança da classe dominante cuja reprodução conta com sua contribuição, as instituições de ensino superior organizam-se segundo *dois princípios opostos de hierarquização*: a *hierarquia dominante no interior da instituição escolar*, ou seja, aquela que ordena as instituições segundo os critérios propriamente escolares e, correlativamente, segundo a parte que, no respectivo público, cabe às frações mais ricas em capital cultural; opõe-se diametralmente à *hierarquia dominante fora da instituição escolar*, ou seja, aquela que ordena as instituições segundo a proporção, no respectivo público, das frações mais ricas em capital econômico ou em poder, e segundo a posição, na hierarquia, do capital econômico e do poder das profissões a que dão acesso. Se os filhos oriundos das frações dominadas são menos representados nas mais altas instituições, do ponto de vista temporal – tais como a ENA ou HEC – do que poderiam fazer esperar seu sucesso escolar anterior e a posição dessas instituições na hierarquia propriamente escolar é, evidentemente, não só porque estas instituições mantêm suas diferenças em relação aos critérios propriamente escolares, mas também porque a hierarquia escolar impõe-se de maneira tanto mais exclusiva – determinando, por exemplo, a escolha de *Ulm Sciences* em vez de *Polytechnique*, ou a Faculdade de letras em vez de *Sciences Po* – quanto maior for sua dependência em relação ao sistema escolar (a mais perfeita cegueira em relação aos outros princípios de hierarquização é, precisamente, aquela que ocorre entre os filhos de docentes que, por toda a sua formação familiar, são levados a identificar qualquer sucesso ao sucesso escolar).

A mesma estrutura em quiasma observa-se no nível das classes médias em que se vê, também, decrescer o volume do capital cultural, enquanto cresce o volume do capital econômico quando se passa dos professores primários para os empresários médios da indústria e do comércio, quadros médios, técnicos e empregados de escritório que ocupam uma posição intermediária, homóloga àquela que, no espaço superior, é ocupada pelos engenheiros e quadros. Os artesãos e comerciantes de arte que – próximos dos outros pequenos empresários por viverem de lucros industriais e comerciais – não deixam de distinguir-se deles por um capital cultural relativamente importante que, por sua vez, os aproxima da nova pequena burguesia. Por sua vez, os serviços médico-sociais, oriundos em uma proporção relativamente importante da classe dominante,²⁸ ocupam uma posição central, praticamente homóloga à posição ocupada pelas profissões liberais – embora se verifique uma leve defasagem para o pólo do capital cultural: além de salários, são os únicos a dispor, em determinados casos, de lucros não comerciais (à semelhança dos membros das profissões liberais).

Vê-se imediatamente que a homologia entre o espaço da classe dominante e o espaço das classes médias explica-se pelo fato de que sua estrutura é o produto dos mesmos princípios: nos dois casos, verifica-se a oposição entre proprietários –

A Distinção - ação de dispor em vez de a distinção de palavras inventando a ordem

possuidores de moradia, de propriedades rurais ou urbanas e de bens móveis –, muitas vezes mais velhos, cujo tempo livre é reduzido, freqüentemente filhos de empresários ou produtores rurais, e não-proprietários que dispõem, sobretudo, de capital escolar e de tempo livre, além de serem oriundos das frações assalariadas das classes médias e superiores ou da classe operária. Os ocupantes das posições homólogas – por exemplo, professores primários e do secundário, ou pequenos e grandes comerciantes – estão separados, principalmente, pelo volume da espécie de capital que é dominante em sua estrutura patrimonial, ou seja, por diferenças de grau que separam indivíduos providos, de modo desigual, dos mesmos recursos raros. As posições inferiores – e, correlativamente, as disposições de seus ocupantes – devem uma parte de suas propriedades ao fato de estarem relacionadas, objetivamente, com as posições correspondentes do nível superior para as quais elas tendem e que constituem o objeto do que pré-tendem; eis o que é perfeitamente visível no caso da pequena burguesia assalariada, cujas virtudes ascéticas e boa vontade cultural – manifestada de todas as maneiras possíveis pela matrícula em cursos noturnos, pela inscrição em bibliotecas ou pela elaboração de coleções – exprimem muito claramente a aspiração em ascender à posição superior, destino objetivo dos ocupantes da posição inferior que manifestam tais disposições.²⁹

Para uma justificativa mais completa das diferenças de estilos de vida entre as diferentes frações – particularmente, em matéria de cultura –, conviria levar em consideração sua *distribuição em um espaço geográfico socialmente hierarquizado*. De fato, as possibilidades de que um grupo venha a apropriar-se de uma classe qualquer de bens raros – e que avaliam as expectativas matemáticas de acesso – dependem, por um lado, de suas capacidades de apropriação específica, definidas pelo capital econômico, cultural e social que ele pode implementar para apropriar-se, do ponto de vista material e/ou simbólico, dos bens considerados, ou seja, de sua posição no espaço social e, por outro, da relação entre sua distribuição no espaço geográfico e a distribuição dos bens raros neste espaço (relação que pode ser avaliada em distâncias médias a bens ou equipamentos, ou em tempos de deslocamento – o que faz intervir o acesso a meios de transporte, individuais ou coletivos).³⁰ Ou dito em outras palavras, a distância social real de um grupo a determinados bens deve integrar a distância geográfica que, por sua vez, depende da distribuição do grupo no espaço e, mais precisamente, de sua distribuição em relação ao “núcleo dos valores” econômicos e culturais, ou seja, em relação a Paris ou às grandes metrópoles regionais (em matéria de residência, são conhecidos os inconvenientes implicados em algumas carreiras em que o acesso à profissão – por exemplo, funcionários dos correios – ou a promoção estão subordinados a um exílio mais ou menos prolongado).³¹ É assim que, por exemplo, a distância dos agricultores aos bens de cultura legítima não seria tão imensa se, à distância propriamente cultural que é correlata de seu baixo capital cultural, não viesse juntar-se o afastamento geográfico resultante da dispersão no espaço que caracteriza esta classe. Do mesmo modo, um grande número das diferenças observadas nas práticas – culturais ou outras – das diferentes frações da classe dominante estão associadas, sem qualquer dúvida, à sua distribuição segundo o porte da cidade de residência: assim, a oposição entre os engenheiros e os quadros do setor privado, por um lado, e, por outro, os empresários da

indústria e do comércio, deve-se, em parte, ao fato de que os primeiros são, de preferência, parisienses e pertencem a empresas relativamente importantes (somente 7% dos quadros do setor privado trabalham em empresas com 1 a 5 assalariados contra 34% em empresas médias e 40% em empresas com um número superior a 50 assalariados), enquanto os segundos, majoritariamente, são dirigentes de pequenas empresas (6% dos industriais da pesquisa SOFRES [*Société française de sondages et d'études de march*] 1966 – cf. F.C., V – são empresários de 1 a 5 assalariados; 70%, de 6 a 49; 24%, acima de 50, enquanto os números correspondentes, para os empresários do comércio, elevam-se a 30%, 42% e 12%, respectivamente) e, na sua maioria, são interioranos, até mesmo, rurais (segundo o censo de 1968, 22,3% dos industriais e 15,5% dos empresários do comércio residem em municípios rurais; 14, 1% e 11,8% em municípios cujo número de habitantes é inferior a 10.000).

A representação obtida, assim, não seria tão difícil de conquistar se não pressupusesse duas rupturas: uma com a representação espontânea do mundo social, resumida na metáfora da “escala social” e evocada por toda a linguagem comum da “mobilidade” com suas “ascensões” e “declínios”; e outra, não menos radical, com toda a tradição sociológica que, ao não se contentar em retomar, tacitamente por sua conta, a representação unidimensional do espaço social – à semelhança do que fazem, por exemplo, as pesquisas sobre a “mobilidade social” –, acaba por submetê-la a uma elaboração falsamente erudita, reduzindo o universo social a um *continuum* de estratos abstratos (*upper middle class*, *lower middle class*, etc.), obtidos pela agregação de espécies diferentes de capital em decorrência da construção de índices – instrumentos, por excelência, da destruição das estruturas.³² A projeção sobre um único eixo pressuposto na construção da série contínua, linear, homogênea e unidimensional à qual, habitualmente, é identificada a hierarquia social, implica uma operação extremamente difícil – e arriscada, em particular, quando é inconsciente –, consistindo em reduzir as diferentes espécies de capital a um padrão único e em avaliar, por exemplo, com a mesma bitola, a oposição entre empresários da indústria e professores do secundário (ou artesãos e professores primários) e a oposição entre empresários e operários (ou quadros superiores e empregados). Esta operação abstrata encontra um fundamento objetivo na possibilidade, continuamente oferecida, de converter uma espécie de capital em uma outra – a taxas variáveis de conversão, segundo os momentos, ou seja, segundo o estado da relação de força entre os detentores das diferentes espécies. Ao exigir a formulação do postulado relativo à *convertibilidade das diferentes espécies de capital* que é a condição da redução do espaço à unidimensionalidade, a construção de um espaço com duas dimensões permite, de fato, perceber que a taxa de conversão das diferentes espécies de capital é um dos pretextos fundamentais das lutas entre as diferentes frações de classe, cujo poder e privilégios estão relacionados com uma ou outra dessas espécies e, em particular, da luta sobre o princípio dominante de dominação – capital econômico, capital cultural ou capital social, sabendo que este último está estreitamente associado à antiguidade na classe por intermédio da notoriedade do nome, assim como da extensão e da qualidade da rede de relações – que, em todos os momentos, estabelece a oposição entre as diferentes frações da classe dominante.

Uma das dificuldades do discurso sociológico deve-se ao fato de que, à semelhança de qualquer discurso, ele desenrola-se de maneira estritamente linear, ao passo que, para escapar ao simplismo e à falsidade dos apanhados parciais e das intuições unilaterais, conviria poder evocar, em cada um de seus pontos, a totalidade da rede de relações que, de certa maneira, foi estabelecida por seu intermédio. Eis a razão pela qual pareceu necessário mostrar – sob a forma de um esquema que tem a propriedade, como afirma Saussure, de poder “oferecer complicações simultâneas em várias dimensões” – o meio de apreender a correspondência entre a estrutura do espaço social, cujas duas dimensões fundamentais correspondem ao volume e à estrutura do capital dos grupos distribuídos nele, e a estrutura do espaço das propriedades simbólicas associadas aos grupos distribuídos nesse espaço. Este esquema, porém, não pretende ser a bola de cristal que, segundo os alquimistas, permitia apreender, em um piscar de olhos, tudo o que se passa na terra; além disso, à maneira dos matemáticos que tratam sempre o que chamam de “imagética” como um mal inevitável, somos tentados de retirá-lo no próprio movimento de sua apresentação. Como evitar, de fato, o temor de que facilite as leituras que reduziriam as homologias entre sistemas de distâncias diferenciais a relações diretas e mecânicas entre grupos e propriedades? Ou, então, o receio de que incentive a forma de voyeurismo inerente à intenção objetivista, colocando o sociólogo no papel de *Le Diable boiteux** que destampa os telhados e, ao leitor encantado, revela os segredos das intimidades domésticas?

Para ter uma idéia tão exata quanto possível do modelo teórico proposto, convém imaginar a sobreposição (à semelhança do que se pode fazer com transparências) de três esquemas: o primeiro (aqui, Gráfico 5) apresentaria o espaço das condições sociais tal como é organizado pela distribuição sincrônica e diacrônica do volume e estrutura do capital sob suas diferentes espécies – neste espaço, a posição de cada um dos grupos (frações de classe) é determinada pelo conjunto das propriedades características no tocante às relações definidas como pertinentes; o segundo (Gráfico 6) mostraria o espaço dos estilos de vida, ou seja, a distribuição das práticas e propriedades que são constitutivas do estilo de vida em que se manifesta cada uma das condições; por último, entre os dois esquemas precedentes, conviria introduzir ainda um terceiro que apresente o espaço teórico do habitus, ou seja, das fórmulas geradoras (por exemplo, para os professores, o ascetismo aristocrático) que se encontram na origem da cada uma das classes de práticas e propriedades, ou seja, da transformação em um estilo de vida distinto e distintivo das necessidades e facilidades características de uma condição e de uma posição.¹

Entre os limites de tal construção, os mais importantes referem-se às lacunas da estatística que avalia muito melhor os consumos – ou, até mesmo, em todo o rigor, as

* “O diabo coxo”, romance do escritor francês, Alain-René Lesage (1668-1747); em 190 *flashes*, os dois cúmplices voadores – Asmodée, o diabo manco, e o estudante leviano Cleofás – seguem destampando os telhados, a vida secreta dos parisienses. (N.T.)

¹ Embora este modelo apresente algumas aparências e apesar de termos utilizado diferentes análises das correspondências para construí-lo; embora numerosas análises das correspondências tenham produzido espaços que se organizam segundo a mesma estrutura – a começar pelas análises dos dados de nossa pesquisa que serão apresentados mais abaixo –, os esquemas exibidos aqui *não são diagramas-plano de análises das correspondências*.

remunerações (deixando de lado os lucros secundários e dissimulados) e o patrimônio, como conjunto de propriedades atribuídas a indivíduos ou famílias – que o *capital* propriamente dito (em particular, o capital investido na economia); em seguida, às imperfeições das categorias de análise que são, de modo bastante desigual, homogêneas, inclusive, do ponto de vista dos critérios pertinentes e que, no caso dos industriais e dos grandes comerciantes, impedem de isolar, por exemplo, os detentores de um capital capaz de exercer um poder sobre o capital – ou seja, o grande patronato (Não dispondo de indicadores rigorosos em relação à dispersão das diferentes categorias, foi evocada a dispersão econômica e cultural das categorias mais heterogêneas – agricultores, empresários da indústria e do comércio, artesãos e comerciantes – escrevendo em sentido vertical, entre os limites extremos que a definem, o título correspondente). Convém ter em mente que a posição marcada pelo título representa apenas o ponto central de um espaço mais ou menos extenso que, em determinados casos, pode se organizar em campo de concorrência.

Não dispondo da pesquisa (talvez, irrealizável na prática) que fornecesse, a propósito da mesma amostra representativa, o conjunto dos indicadores do patrimônio econômico, cultural e social, além de sua evolução, necessários para construir uma representação adequada do espaço social, construiu-se um *modelo simplificado* deste espaço a partir dos conhecimentos adquiridos no decorrer das pesquisas anteriores e com base em um conjunto de dados obtidos em diferentes pesquisas, todas realizadas pelo INSEE – portanto, homogêneas, nem que seja no tocante à construção das categorias (cf. Anexo 3): na pesquisa realizada pelo INSEE, em 1967, sobre os lazeres (tabelas relativas aos homens), foram retomados os indicadores de tempo livre, tais como o tempo de trabalho (cf. F.C., IV); da pesquisa sobre a formação e a qualificação profissional de 1970 (tabelas relativas aos homens), foram extraídos os dados sobre a categoria socioprofissional do pai (trajetória social), diploma do pai (capital cultural herdado) e diploma do indivíduo (capital escolar) (cf. F.C., II); por sua vez, a pesquisa sobre as remunerações de 1970 forneceu as informações relativas à quantia das remunerações, às propriedades rurais e urbanas, às ações da Bolsa de Valores, aos lucros industriais, comerciais, assim como aos salários (capital econômico) (cf. F.C., I); por último, a pesquisa sobre o consumo familiar, em 1972, proporcionou os dados relativos às quantias do consumo, à posse de máquina de lavar louça e de telefone, assim como ao estatuto de ocupação da moradia e à casa de campo (cf. F.C., III); e no censo de 1968, os dados sobre o porte, avaliado pelo número de habitantes, do lugar de residência.

Foi evocado, também, para cada um dos grupos configurados: em primeiro lugar, a distribuição dos ocupantes de cada uma das posições consideradas, segundo a *trajetória social* que lhes proporcionou tal acesso, com os histogramas que, em cada fração, representam a parcela dos indivíduos oriundos das diferentes classes.² Em segundo lugar,

² A fim de evitar que a legibilidade do esquema fosse prejudicada, foram reproduzidos apenas os histogramas de algumas categorias: eis o que é suficiente para mostrar que a parcela dos indivíduos oriundos das classes superiores – em negrito – cresce nitidamente à medida que alguém sobe na hierarquia social, enquanto diminui a parcela daqueles que são oriundos das classes populares – em branco (o histograma dos operários sem qualificação, não reproduzido, apresenta características intermediárias entre o dos trabalhadores braçais e o dos operários com qualificação). Teria sido necessário – no mínimo, para as classes superiores e médias – fornecer a distribuição por *fração* de origem.

a *história* da fração em seu todo: as flechas ascendentes, descendentes e horizontais marcam que, entre 1962 e 1968, a fração considerada cresceu – no mínimo, 25% – diminuiu ou permaneceu estável; elas tornam visível, também, a oposição entre as novas frações em forte expansão e as frações estabelecidas que se encontram estáveis ou em declínio. Fez-se, assim, um esforço para manifestar, a um só tempo, o estado da relação de força entre as classes, constitutivo da estrutura do espaço social em determinado momento, além de constituir um dos efeitos e, ao mesmo tempo, um dos fatores da transformação desta estrutura, a saber, as estratégias de reconversão pelas quais os indivíduos (e os grupos) esforçam-se por manter ou melhorar sua posição no espaço social.

Ao justapor as informações concernentes a domínios que, para os sistemas de classificação habitual, estão separados – a tal ponto que a proposição de um simples paralelismo é algo impensável ou escandaloso – e ao manifestar, assim, as relações, apreendidas pela intuição imediata que, por sua vez, serve de orientação para as classificações da existência comum, entre todas as propriedades e práticas características de um grupo, o esquema sinótico obriga a procurar o fundamento de cada um desses sistemas de “escolha”, por um lado, nas condições e nos condicionamentos sociais característicos de determinada posição no espaço objetivo, cuja expressão ocorre aí sob uma forma incognoscível e, por outro, na relação com os outros sistemas de “escolha” por intermédio dos quais se definem sua significação e seu valor propriamente simbólicos. Pelo fato de que os estilos de vida são essencialmente distintivos, numerosos traços só adquirem verdadeiro sentido se forem colocados em relação não só com as posições sociais que eles exprimem, mas também com os traços situados em outro pólo do espaço: esse é o caso, por exemplo, das oposições que se estabelecem, primordialmente, entre as posições mais afastadas em uma e/ou outra das duas dimensões fundamentais do espaço social (ou seja, no tocante ao volume e à estrutura do capital) – Goya e Renoir, teatro de vanguarda e teatro de bulevar, Jacques Brel e Tino Rossi, *France-Musique* e *France-Inter* ou *Radio-Luxembourg*, cine-clube e variedades, etc. Além das informações diretamente coletadas pela pesquisa, foi utilizado um conjunto de índices de consumo cultural, tais como a posse de um piano ou de discos, a utilização de televisão, a frequência dos museus, exposições, espetáculos de variedades e salas de cinema, a inscrição em uma biblioteca, em cursos, a manutenção de uma coleção, a prática de esportes – todos esses dados foram extraídos da pesquisa do INSEE de 1967 sobre os lazeres (cf. F.C., IV); informações sobre os consumos e o estilo de vida dos membros da classe dominante (aparelho *hi-fi*, barco, cruzeiros marítimos, *bridge*, coleção de quadros, champanha, *whisky*, esportes praticados, etc.) retiradas das pesquisas da SOFRES e do CESP (cf. F.C., V e VI); ou, ainda, informações sobre a frequência do teatro fornecidas pela pesquisa da SEMA [*Société d'Encouragement aux Métiers d'Arts*] (cf. F.C., XIV), sobre os atores favoritos através das pesquisas IFOP [*Institut français d'opinion publique*] (cf. F.C., IX e X), sobre a leitura de jornais, semanários e revistas através das pesquisas do CSE [*Centre de Sociologie Européenne*] e do CESP (cf. F.C., XXVIII), sobre diferentes atividades e práticas culturais (cerâmica, festas populares, etc.) pela pesquisa da Secretaria de Estado da Cultura (cf. F.C., VII), etc.

No diagrama estabelecido deste modo, cada informação pertinente figura apenas uma só vez, sem deixar de ser válida por toda uma zona (*mais ou menos extensa, dependendo do caso*) do espaço social, embora ela caracterize tanto mais uma categoria, quanto mais perto estiver do respectivo título (assim, a menção *salários* que, situada a meia altura no lado esquerdo do Gráfico 5 opõe-se a *lucros industriais e comerciais*, é válida para toda a metade esquerda do espaço social, ou seja, tanto para os professores do secundário, quadros ou engenheiros, quanto para os professores primários, quadros médios, técnicos, empregados ou operários; do mesmo modo, a posse de *valores móveis* – ao alto, à direita – é válida, ao mesmo tempo, para os empresários, profissões liberais, quadros do setor privado e engenheiros). Percebe-se imediatamente que a posse de um *piano* e a escolha do *Concerto para a mão esquerda* dizem respeito, sobretudo, aos membros das profissões liberais; ou que a *caminhada* e a *montanha* são particularmente características, ao mesmo tempo, dos professores do secundário e quadros do setor público; ou que a *natação*, colocada a meia distância entre a nova pequena burguesia e os quadros do setor privado ou engenheiros, participa dos estilos de vida desses dois conjuntos de profissões. Assim, em torno do título de cada fração, encontram-se reunidos os traços mais pertinentes, por serem os mais *distintivos*, de seu estilo de vida – que, aliás, ela pode compartilhar com outros grupos: esse é o caso, por exemplo, da inscrição em uma biblioteca que figura na proximidade dos quadros médios, professores primários e técnicos, embora seja, no mínimo, tão freqüente entre os professores do secundário, menos marcados, no entanto, por esta prática que é constitutiva de seu papel profissional.

As estratégias de reconversão

As estratégias de reprodução – conjunto de práticas, do ponto de vista fenomenológico, bastante diferentes, pelas quais os indivíduos ou as famílias tendem, inconscientemente e conscientemente, a conservar ou aumentar seu patrimônio e, correlativamente, a manter ou melhorar sua posição na estrutura das relações de classe – constituem um sistema que, sendo o produto do mesmo princípio unificador e gerador, funciona e transforma-se como tal. Por intermédio da disposição em relação ao futuro – que, por sua vez, é determinada pelas oportunidades objetivas de reprodução do grupo –, estas estratégias dependem, em primeiro lugar, do volume e estrutura do capital a ser reproduzido, ou seja, do volume atual e potencial do capital econômico, do capital cultural e do capital social, possuídos pelo grupo, assim como de seu peso relativo na estrutura patrimonial. E, em segundo lugar, do estado – por sua vez, dependente do estado da relação de força entre as classes – do sistema dos instrumentos de reprodução, institucionalizados ou não (estado dos costumes e da lei sucessória, do mercado de trabalho, do sistema escolar, etc.): mais precisamente, tais estratégias dependem da relação estabelecida, em cada momento, entre o patrimônio dos diferentes grupos e os diferentes instrumentos de reprodução, a qual define a transmissibilidade do patrimônio, fixando as condições de sua transmissão, ou seja, o rendimento diferencial que possa ser oferecido aos investimentos de cada classe ou fração de classe pelos diferentes instrumentos de reprodução.

Pelo fato de que as estratégias de reprodução constituem um sistema e dependem do estado do sistema dos instrumentos de reprodução, assim como do estado – volume e estrutura – do capital a ser reproduzido, qualquer mudança em uma ou outra destas relações acarreta uma *reestruturação* do sistema das estratégias de reprodução: a *reconversão* do capital detido sob uma espécie particular em uma outra espécie, mais acessível, mais rentável e/ou mais legítima, em determinado estado do sistema dos instrumentos de reprodução, tende a determinar uma transformação da estrutura patrimonial.

As reconversões traduzem-se por outras tantos deslocamentos em um espaço social que nada tem de comum com o espaço, a um só tempo, irreal e ingenuamente realista dos estudos rotulados de “mobilidade social”. A mesma ingenuidade positivista que leva a descrever como “mobilidade ascendente” os efeitos das transformações morfológicas das diferentes classes ou frações de classe conduz a ignorar que a reprodução da estrutura social pode, em determinadas condições, exigir uma “hereditariedade profissional” bastante baixa: esse é o caso sempre que, para manter sua *posição* na estrutura social e as propriedades ordinais que lhe estão associadas, os agentes são obrigados a proceder a uma *translação* acompanhada por uma mudança de *condição* – tal como a passagem da condição de pequeno proprietário de terras para a condição de pequeno funcionário, ou da condição de pequeno artesão para a condição de empregado de escritório ou de comércio.

Pelo fato de encontrar-se hierarquizado em suas duas dimensões – por um lado, do volume de capital global mais importante ao menos importante e, por outro, da espécie de capital dominante à espécie de capital dominada –, o espaço social permite duas formas de deslocamentos que, apesar de não terem qualquer equivalência e cuja probabilidade de ocorrência é bastante desigual, são confundidas pelos estudos tradicionais de mobilidade: em primeiro lugar, os *deslocamentos verticais*, ascendentes ou descendentes, no mesmo

setor vertical do espaço, ou seja, no mesmo campo (tais como o professor primário que se torna docente em um grau mais elevado de ensino, ou o empresário que passa de pequeno a grande); em seguida, os *deslocamentos transversais*, implicando a passagem de um para outro campo, que podem operar-se seja no mesmo plano horizontal (quando o professor primário, ou seu filho, torna-se pequeno comerciante), seja em planos diferentes (com o professor primário, ou seu filho, que se torna empresário industrial). Os deslocamentos mais freqüentes são as verticais: pressupõem somente uma modificação do volume da espécie de capital já dominante na estrutura patrimonial (do capital escolar, no caso do professor primário que se torna docente em um grau mais elevado de ensino), portanto, um deslocamento na estrutura da distribuição do volume global de capital que assume a forma de um deslocamento nos limites de um campo específico – campo das empresas, campo escolar, campo da administração, campo médico, etc. Ao contrário, os deslocamentos transversais pressupõem a passagem para um outro campo, portanto, a *reconversão* de uma espécie de capital para uma outra ou de uma subespécie de capital econômico ou de capital cultural para uma outra – por exemplo, de propriedade de terras para um capital industrial, ou de uma cultura literária ou histórica para uma cultura econômica –, portanto, uma transformação da estrutura patrimonial que é a condição da salvaguarda do volume global do capital e da manutenção da posição na dimensão vertical do espaço social.

A probabilidade de ter acesso a determinada fração da classe dominante, a partir de uma outra classe, será tanto mais baixa, como se viu, quanto mais elevada for a posição ocupada pela fração na hierarquia das frações segundo o capital econômico – a única discordância provém das profissões liberais que, tendo a possibilidade de acumular, em grande número de casos, a transmissão de capital cultural com capital econômico, apresentam a taxa mais elevada de recrutamento endógeno. Do mesmo modo, os deslocamentos de grande amplitude no interior da classe – filhos de empresário que se tornam professores, ou filhos de professores, empresários, são extremamente raros: assim, em 1970, a possibilidade de que um filho de professor se torne empresário da indústria ou do comércio é de 1,9%, enquanto a possibilidade de se tornar professor é, para um filho de empresário da indústria, de 0,8% e, para um filho de empresário do comércio, de 1,5% (as profissões liberais representam, sem dúvida, uma espécie de ponto de passagem obrigatório entre os dois pólos da classe dominante); as oportunidades de se tornar artesão ou comerciante são de 1,2% para um filho de professor primário, as de se tornar professor primário de 2,4% para um filho de artesão e 1,4% para um filho de pequeno comerciante (cf. F.C., II, análise secundária).

Classificação, desclassificação, reclassificação

As transformações recentes da relação entre as diferentes classes sociais e o sistema de ensino, cuja conseqüência foi a rápida propagação da escolaridade, incluindo todas as mudanças correlatas do próprio sistema de ensino, assim como todas as transformações da estrutura social que resultam – pelo menos, em parte – da transformação das relações estabelecidas entre diplomas e cargos, decorrem de uma intensificação da concorrência pelos diplomas; com efeito, para garantir sua reprodução, as frações da classe dominante

(empresários da indústria e do comércio) e das classes médias (artesãos e comerciantes), mais ricas em capital econômico, tiveram de intensificar fortemente a utilização que faziam do sistema de ensino.

A diferença entre capital escolar dos adultos de uma classe ou de uma fração de classe – avaliado pela taxa de detentores de um diploma igual ou superior ao BEPC – e as taxas de escolarização dos adolescentes correspondentes é nitidamente mais visível entre os artesãos, comerciantes e industriais que entre os empregados e quadros médios; assim, a ruptura da correspondência que, habitualmente, se observa entre as oportunidades de escolarização dos jovens e o patrimônio cultural dos adultos é o indício de uma transformação profunda das disposições em relação ao investimento escolar. Enquanto isso, a parcela dos detentores do BEPC ou de um diploma superior é nitidamente mais baixa entre os pequenos artesãos e comerciantes da faixa etária de 45-54 anos que entre os empregados de escritório (ou seja, em 1962, 5,7% contra 10,1%); em relação aos filhos, estes são escolarizados (tomando como referência a idade de 18 anos) nas mesmas proporções (42,1% e 43,3%, em 1962). Do mesmo modo, os industriais e os grandes comerciantes que possuem um capital escolar mais baixo que o dos técnicos e quadros médios – ou seja, respectivamente, 20% e 28,9% de detentores de um diploma, pelo menos, igual ao BEPC – escolarizam os filhos nas mesmas proporções (65,8% e 64,2%). No que se refere aos agricultores, segundo é demonstrado pelo aumento bastante rápido das taxas de escolarização das crianças oriundas desta classe, entre 1962 e 1975, verificou-se o mesmo processo (M. Praderie, “Héritage social et chances d’ascension”, in Darras, *Le Partage des bénéfiques*, Paris, Ed. de Minuit, 1966, p. 348; INSEE, *Recensement général de la population de 1968, Résultats du sondage au 1/20^e pour la France entière, Formation*, Paris, Imprimerie nationale, 1971).

A entrada na corrida e na concorrência pelo diploma de frações que, até então, haviam tido uma reduzida utilização da escola exerceu o efeito de obrigar as frações de classe, cuja reprodução estava garantida, principal ou exclusivamente, pela escola, a intensificar seus investimentos para manter a raridade relativa de seus diplomas e, correlativamente, sua posição na estrutura das classes; assim, o diploma e o sistema escolar que o atribui tornam-se um dos pretextos privilegiados de uma concorrência entre as classes que engendra um aumento geral e contínuo da demanda de educação, assim como uma inflação dos diplomas.³³

Ao relacionar o número de titulares de determinado diploma com o número de jovens em idade modal para fazer cada uma das provas, pode-se ter uma *estimativa sumária* da evolução da raridade relativa dos titulares de um diploma: para 100 jovens de 15 anos, elevava-se a 6,8 o número de novos titulares de um BEPC, BE ou BS, em 1936; 7,9 em 1946; 23,6 em 1960; e 29,5 em 1965. Para 100 jovens com 18 anos, havia 3 *bacheliers*, em 1936; 4,5 em 1946; 12,6 em 1960; e 16,1 em 1970. Para 100 jovens com 23 anos, encontrou-se o número de 1,2 de novos titulares de um diploma de ensino superior, em 1936; 2, em 1946; 1,5 em 1950; 2,4 em 1960; e 6,6 em 1968.

A comparação dos cargos exercidos, em duas épocas diferentes, por titulares do mesmo diploma dá uma idéia aproximada das variações do valor dos diplomas no mercado de trabalho. Enquanto os homens na faixa etária de 15 a 24 anos desprovidos de diplomas ou titulares unicamente do CEP ocupam, em 1968, posições absolutamente semelhantes àquelas que exerciam seus homólogos em 1962, os titulares do BEPC pertencentes às mesmas faixas etárias que, em 1962, ocupavam principalmente posições de empregados viram aumentar, em 1968, as oportunidades de se tornarem contramestres, operários qualificados ou, até mesmo, operários sem qualificação. Ao passo que, em 1962, os titulares do *baccalauréat* que entravam diretamente na vida ativa tornavam-se, na sua maioria, professores primários; eles tinham, em 1968, importantes oportunidades de se tornarem técnicos, empregados de escritório ou, até mesmo, operários. A mesma tendência se observa para os titulares de um diploma superior ao *baccalauréat* na faixa etária de 25 a 34 anos, cujas oportunidades, em 1968 – relativamente a 1962 –, eram maiores de se tornarem professores primários ou técnicos e, nitidamente, menores de se tornarem quadros superiores da administração, engenheiros ou membros das profissões liberais.³⁴

Em 100 jovens (rapazes), cuja idade é compreendida entre 15 e 24 anos, titulares do BEPC e com emprego, em 1962, havia 41,7 empregados contra 36,3 somente em 1968; inversamente, 5,8 operários sem qualificação e 2 trabalhadores braçais, em 1962, contra 7,9 e 3,8 em 1968. As oportunidades para os jovens da mesma faixa etária que só possuem o *baccalauréat* são bem menores, em 1968 (57,4%) relativamente a 1962 (73,9%), de se tornarem quadros médios e, inversamente, bem maiores de se tornarem empregados (19,9% contra 8,8%) ou, até mesmo, operários (11% contra 6,4%). Por sua vez, as oportunidades para os homens com idade compreendida entre 25 e 34, titulares de um diploma superior ao *baccalauréat*, são menores, em 1968 (68%) relativamente a 1962 (73,3%), de exercerem profissões superiores e, em particular, de serem membros das profissões liberais (7,6% contra 9,4%); inversamente, eles têm uma probabilidade mais elevada de serem professores primários (10,4% contra 7,5%) ou técnicos (5,4% contra 3,7%). No que diz respeito às moças, é possível observar fenômenos análogos, mas ligeiramente atenuados. Para elas, a mais forte desvalorização foi sofrida pelo *baccalauréat*: em 1968, as oportunidades para uma moça na faixa etária de 15 a 24 anos, titular deste diploma, se ela trabalha, são maiores de tornar-se empregada (23,7% contra 12%) e menores de se tornar professora primária (50% contra 71,7%).

Tendo presente que o volume dos cargos correspondentes pode ter passado, também, por alguma variação no mesmo intervalo, pode-se considerar que um diploma tem todas as possibilidades de ter sofrido uma desvalorização sempre que o crescimento do número dos titulares de diplomas é mais rápido do que o crescimento do número de posições, cujo acesso, no início do período, era garantido por esses diplomas. Tudo parece indicar que o *baccalauréat* e os diplomas inferiores têm sido os mais afetados pela desvalorização: de fato, entre os homens economicamente ativos, o número dos titulares do BEPC ou do *baccalauréat* – com exclusão de um diploma do ensino superior – aumentou 97%, entre 1954 e 1968, ao passo que o crescimento do número de empregados e quadros médios, no mesmo período, limitou-se a 41%; do mesmo modo, o número de titulares de um diploma